

Eu nasci em Lisboa. O meu pai, Fernando de Castro, era do Porto e a minha mãe, Maria Emília, era de Coimbra, e filha de Afonso Costa.

Este meu avô materno, que desde muito jovem lutou pela implantação da República, tendo sido um dos primeiros deputados republicanos durante a monarquia, e mais tarde várias vezes ministro, estava, na altura do meu nascimento em França, presidindo à Delegação Portuguesa à Conferência de Paz, relativa à Grande Guerra de 1914-1918, em que Portugal tinha participado ao lado dos aliados. O meu avô paterno, Elísio de Castro, também era republicano, assim como o meu pai, que após a instauração da ditadura em Portugal, tomou parte activa nas conspirações tendentes a derrubar o “Estado Novo” de Salazar.

Nasci portanto numa família democrática, em que a liberdade de cada um era respeitada desde que fosse usada em responsabilidade – de acordo com a idade -, e em que a igualdade entre homens e mulheres era um facto e correspondia a um ideal, concretizado pelo meu avô na legislação sobre casamento e protecção dos filhos decretada quando era Ministro da Justiça do Governo Provisório logo a seguir à implantação da República (Decreto-lei de 25 de Dezembro de 1910, ratificado mais tarde pela Assembleia Constituinte no Parlamento).

Tive uma infância e uma juventude feliz. Embora o meu avô estivesse ausente em França, e depois da ditadura impedido de entrar em Portugal, por decreto de Salazar, estávamos em contacto permanente pois a minha mãe correspondia-se com ele diariamente e os netos recebiam semanalmente cartinhas ou postais aos quais respondiam. Uma vez por ano convidava-nos a passar com ele um mês de férias, e o seu interesse pela vida dos netos era grande e a sua personalidade e o seu amor tiveram muita influência na minha vida.

Recordo uma carta que ele escreveu em 1936, um ano antes da sua morte em Paris, em que escrevia textualmente: “O meu princípio é que as mulheres de agora têm de se valorizar aos olhos do mundo e dos próprios maridos aliás tornam-se *parasitas* e *estorvos* em fase da vida intensa e complexa que se desenha diante de toda a gente. E assim, cada qual deve preparar-se o melhor possível”. Passei toda a minha infância e adolescência na expectativa e na esperança de uma revolução que permitisse, não só o regresso da liberdade para Portugal mas também que a nossa família se pudesse reunir.

Afinal a liberdade voltou a Portugal só a 25 de Abril de 1974, 37 anos depois da morte do meu avô! De qualquer maneira o 25 de Abril foi um dos dias mais felizes da minha vida! Na altura já era casada e mãe de dois filhos e trabalhava como advogada no escritório do meu pai.

A minha educação não foi muito convencional mas muito estimulante. Aprendi a falar francês muito pequena com uma professora interna, tendo começado a ler e a escrever primeiro em francês e só depois em português mas fiz o exame da quarta classe numa escola primária portuguesa. Depois andei na escola alemã de Lisboa até à subida do Hitler ao poder e a propaganda nazi ser introduzida na escola. Saí e fui para o Colégio Valsassina onde preparei o exame do 6º ano liceal, tendo depois estudado em casa no 7º ano e feito o respectivo exame no Liceu Maria Amália.

O professor que me preparou em casa, em matemática e ciências, tinha sido bolseiro do Instituto Curie em Paris e conheceu a Mme. Curie, despertou o meu interesse pela física e, em

consequência fiz exame à Faculdade de Ciências onde andei um ano e verifiquei que não era essa a minha vocação e saí.

O meu pai aconselhou-me então ir para Direito, o que me dava a possibilidade de trabalhar no escritório dele, e resolvi experimentar e afinal gostei do curso e das oportunidades que dá de reflectir e argumentar sobre as doutrinas e as leis que regulam a nossa sociedade e as nossas vidas.

Para me preparar para o exame de admissão à Faculdade de Direito tive lições particulares de latim, filosofia e história com um professor fantástico chamado Agostinho da Silva que me abriu novos horizontes não só pelo que ensinava como pela maneira como vivia!

O meu primeiro emprego foi no Banco Burnay e não gostei. Estive seis meses em Paris a trabalhar como estagiária num jornal infantil, regresssei a Portugal e fui trabalhar para o escritório de advogado do meu pai.

Casei tarde tendo um filho e uma filha, uma neta e um neto que adoro e com quem tenho uma relação muito próxima e com quem aprendi também a compreender o mundo moderno diferente daquele em que nasci em 1919!

O dia 25 de Abril foi, como disse, um dos dias mais felizes da minha vida e a partir de então a minha vida mudou, assumi a minha condição de cidadã e a possibilidade e o gosto de intervir na política activa em defesa dos ideais em que acreditava. Participei no 1º de Maio e logo a seguir inscrevi-me como militante do Partido Socialista (PS).

Durante o meu curso de Direito (em que éramos no primeiro ano 16 raparigas e mais de uma centena de rapazes) apercebi-me que as leis da República tinham mudado e que as mulheres tinham um estatuto e uma educação inferior à dos homens não só no trabalho e no emprego mas até na família em que era o chefe de família que tomava todas as decisões! Aí começou a minha consciência de “feminista” . . .

No PS recebíamos muitos estrangeiros que vinham sentir o ambiente após a Revolução dos Cravos. Numa dessas visitas contactou-nos uma delegação da Secção de Mulheres da Internacional Socialista que nos incitou a aproveitar a ocasião para que, dentro do Partido, se assumisse a defesa da igualdade dos direitos das mulheres. De imediato formou-se um pequeno grupo que colaborou na elaboração da parte sobre a Mulher e a Família do Programa do PS apresentado no 1º Congresso em liberdade, que teve lugar na Aula Magna da Universidade de Lisboa, e em que ficou consagrado o direito ao divórcio, a igualdade de direitos para as mulheres e homens e igualdade de direitos dos filhos nascidos fora do casamento.

Concomitantemente nos anos 1974 e 1975 várias organizações de mulheres saídas da clandestinidade ou ligadas aos partidos políticos colaboraram com a Comissão Instaladora da Futura Condição Feminina (institucionalizada depois em 1977 pelo Primeiro Governo Constitucional) cuja primeira iniciativa constitui no levantamento das situações de discriminação legal das mulheres. Colaborei nesses trabalhos preparatórios em representação do PS.

Em 1975 foi decretado o Ano Internacional das Mulheres das Nações Unidas e realizada em Junho, a 1ª Conferência Internacional sobre as Mulheres dedicada ao lema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz” que teve lugar na cidade do México em que foi decretada a Década das Mulheres. Particpei nessa conferência que durou três semanas por ter integrado a delegação portuguesa composta por três técnicas da Comissão da Condição Feminina e três representantes das Organizações que com ela trabalhavam.

Entretanto tínhamos constituído que no PS o “Núcleo da Condição Feminina” que colaborou activamente na propaganda para as eleições da Assembleia Constituinte na área da participação das mulheres. Elaborámos e distribuámos um folheto intitulado “Mulher a Política também é contigo”. O PS ganhou as eleições para a Constituinte, no ano seguinte é aprovada a Constituição e ganhou também as eleições legislativas, tendo eu entrado para deputada. Acompanhei essa Legislatura do primeiro governo de Mário Soares onde foi aprovada a maioria da legislação que estabelecia a igualdade para as mulheres, a começar pelo Código Civil e pelo Direito Família. O Governo institucionalizou a Condição da Comissão Feminina, com um Conselho Consultivo onde estavam representadas as organizações não governamentais e departamentos governamentais.

Quando caiu o governo de Mário Soares na A.R., deixei de ser deputada e fui integrar o Conselho Consultivo em representação da organização de mulheres do PS, que mais tarde se transformou estatutariamente em Departamento das Mulheres do PS.

Em 1980 surge a oportunidade de concorrer a técnica superior da Comissão da Condição Feminina onde trabalhei depois até à minha reforma que só teve lugar, a meu requerimento, quando eu já tinha 72 anos!

Ali adquiri muitos conhecimentos técnicos e muita experiência sob a Presidência da Regina Tavares da Silva e onde o ambiente de trabalho era excelente. Comecei por fazer atendimento jurídico às mulheres que vinham consultar sobre “os meus direitos” ou expor os seus problemas e aí fui confrontada pela primeira vez com a violência doméstica que se verificava em todas as classes sociais e assumia aspectos de violência física e psicológica terríveis. Passado tempo passei para as relações internacionais em contacto directo com a Presidente e em âmbitos tão diversos como as relações com mecanismos governamentais de outros países, conferências internacionais promovidas pela ONU, pela União Europeia, pela UNESCO ou pelo Conselho da Europa, etc..

Quando me reformei voltei a fazer parte do Conselho Consultivo da ex-Comissão da Condição Feminina, actual Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres onde representei, e ainda represento, a Associação Intervenção Feminina. Esta associação foi criada na sequência de uma viagem aos países da União Europeia, por convite da Comissão Europeia, feita a 25 portuguesas e 50 espanholas por ocasião da entrada dos respectivos países na União Europeia. No regresso, as participantes portuguesas, de que eu fazia parte, fundaram a Associação Intervenção Feminina, de cuja a direcção continuo a fazer parte sem no entanto deixar de militar no PS, ao longo de todos estes anos na área dos direitos das mulheres.

FACES DE EVA, Nº13, Edições Colibri / Universidade Nova de Lisboa (2005): 181-184